



SIMULAPRO

— Treine. Evolua. Passe. —

SIMULADO

02



PREPARE-SE COMO QUEM
QUER FAZER PARTE.

MPES

AGENTE DE APOIO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO



QUESTÕES
NO ESTILO
DA BANCA



CONTEÚDO
ATUALIZADO



DESEMPENHO
DETALHADO



FOCO NA
SUA APROVAÇÃO



TREINE. EVOLUA. **PASSE.**



Resumo do cargo

Material preparado para treino direcionado, com questões objetivas e gabarito comentado.

Orientações gerais

- Leia cada questão com atenção antes de responder.
- Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
- Confira o gabarito apenas ao final.

Estrutura do simulado

Disciplina	Questões
Língua Portuguesa	15
Raciocínio Lógico matemático	5
Legislação e Código de Ética do MPES	10
Noções de Direito Constitucional e de Direito Administrativo	15
Noções de Administração e de Administração Pública	15



Língua Portuguesa

Questão 1

No texto, o autor constrói sua argumentação por meio de uma estratégia que consiste em:

- A) Desmistificar uma percepção consensual positiva, demonstrando que a facilidade tecnológica pode atuar como um fator de esvaziamento da eficácia participativa.
- B) Validar o otimismo institucional, sob o argumento de que o volume massivo de denúncias compensa a eventual ausência de substrato probatório.
- C) Estabelecer um paralelo histórico, comprovando que o justicamento performático digital possui raízes idênticas às dos mecanismos analógicos de controle.
- D) Sugerir a supressão definitiva dos canais eletrônicos de ouvidoria, visto que o ruído informacional anula a possibilidade de triagem técnica legal.
- E) Apresentar uma concessão retórica, admitindo que o engajamento reflexivo depende estritamente da ampliação irrestrita do dinamismo tecnológico.

Questão 2

Considerando o contexto e as relações de sinonímia e antonímia, um antônimo adequado para o vocábulo destacado em itálico é:

- A) Sustentada.
- B) Fortuita.
- C) Contingente.
- D) Intermitente.
- E) Sistemática.

Questão 3

A locução conjuntiva em destaque estabelece um nexó de causalidade. Mantendo-se a coesão, o sentido original e a estrita correção gramatical do período, ela pode ser substituída por:

- A) posto que
- B) porquanto
- C) portanto
- D) conquanto
- E) entretanto

Questão 4

Caso a oração condicional acima descrita fosse transposta para uma perspectiva de hipótese irrealizável no passado, mantendo-se a correlação verbal exigida pela norma-padrão, a reescritura correta dos verbos destacados seria, respectivamente:

- A) obtivesse — teria fluído
- B) obterá — fluísse
- C) houvesse obtido — fluiria
- D) tivesse obtido — teria fluído
- E) obteve — voaria

Questão 5

Assinale a alternativa que atende integralmente aos preceitos de concordância verbal estabelecidos pela norma-padrão da Língua Portuguesa:

- A) Espera-se que se organizem, nas próximas semanas, a triagem dos arquivos mortos e o inventário dos bens corpóreos.
- B) Falta apenas dez minutos para que a sessão de julgamento administrativo da comissão permanente seja aberta.
- C) Fui eu que apresentou as novas diretrizes de governança durante o congresso de servidores regionais.
- D) Grande parte dos analistas institucionais se recusou a assinar o parecer sem a revisão do escopo técnico.
- E) Haviam muitos anos que o setor de protocolo não recebia reclamações relativas ao extravio de documentos.

Questão 6

Assinale a opção em que a alteração da frase mantém a correção gramatical e respeita rigorosamente o paralelismo sintático ao transformar os termos em duas orações:

- A) A nova portaria da Procuradoria-Geral de Justiça visa a regulamentar o teletrabalho dos servidores e que os recursos estruturais fossem otimizados.
- B) A nova portaria da Procuradoria-Geral de Justiça visa tanto regulamentar o teletrabalho dos servidores quanto otimizar os recursos estruturais da instituição.
- C) A nova portaria da Procuradoria-Geral de Justiça visa não apenas a regulamentação do teletrabalho, mas também otimizar os recursos.
- D) A nova portaria da Procuradoria-Geral de Justiça visa a regulamentar o teletrabalho dos servidores bem como visar a otimização dos recursos estruturais.
- E) A nova portaria da Procuradoria-Geral de Justiça visa regulamentar o teletrabalho dos servidores e simultaneamente à otimização dos recursos estruturais.

Questão 7

De acordo com a norma-padrão da língua, as lacunas do período acima devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- A) às — as — a
- B) as — às — à
- C) às — às — a
- D) as — as — a
- E) às — às — à

Questão 8

A exclusão das vírgulas que isolam o termo adjetivo destacado provocaria a seguinte consequência sintático-semântica no período:

- A) Incorreção gramatical imediata, visto que termos com valor predicativo do sujeito nunca podem aparecer sem isolamento por vírgulas.
- B) Mudança de sentido, fazendo com que o termo passe de uma explicação generalizadora para uma restrição, indicando que apenas os técnicos que estavam cansados formalizaram a queixa.
- C) Inversão do nexos lógico-temporal, transformando uma oração de natureza concessiva em uma estrutura essencialmente conclusiva.
- D) Nenhuma alteração de sentido ou de sintaxe, visto que as vírgulas que separam adjuntos adnominais extensos possuem caráter estritamente facultativo.
- E) Deslocamento do sujeito passivo, fazendo com que a estabilidade dos sistemas operacionais passasse a funcionar como o agente da ação de reclamar.

Questão 9

Atendendo aos preceitos regimentais de regência nominal e verbal, as lacunas devem ser preenchidas por:

- A) à — as
- B) a — às
- C) para a — as
- D) à — às
- E) na — a

Questão 10

A oração introduzida pelo conectivo sublinhado classifica-se sintaticamente como subordinada adverbial:

- A) Causal.
- B) Concessiva.
- C) Consecutiva.
- D) Condicional.
- E) Adversativa.

Questão 11

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas, observando o rigor exigido pela norma-padrão quanto à colocação pronominal:

- A) havia nos — expediriam-se
- B) nos havia — expediriam-se
- C) havia nos — se expediriam
- D) nos havia — se expediriam
- E) havia-nos — expedir-se-iam

Questão 12

As ocorrências da palavra sublinhada no fragmento de texto acima classificam-se morfológicamente, de maneira respectiva, como:

- A) Advérbio de intensidade / Advérbio de modo.
- B) Pronome indefinido / Adjetivo.
- C) Advérbio de intensidade / Adjetivo.
- D) Adjetivo / Pronome indefinido.
- E) Advérbio de modo / Advérbio de intensidade.

Questão 13

Os fragmentos textuais destacados em itálico configuram, respectivamente, exemplos das seguintes figuras de linguagem:

- A) Metáfora e Hipérbole.
- B) Metonímia e Personificação.
- C) Sinestesia e Antítese.
- D) Catacrese e Eufemismo.
- E) Ironia e Pleonasma.

Questão 14

As lacunas contidas no texto acima devem ser preenchidas, respectivamente, pelas formas adjetivas:

- A) isentas — obrigado
- B) isentas — obrigatória
- C) isento — obrigatório
- D) isentas — obrigatório
- E) isento — obrigatória

Questão 15

Considerando os padrões ortográficos vigentes da norma culta, os vocábulos destacados justificam suas grafias com base no seguinte critério:

- A) Emprego de 'c' por razões etimológicas de sufixação nominal / Emprego de 'h' inicial determinado por tradição histórica e etimologia latina.
- B) Uso de fonema sibilante intervocálico determinado por derivação regressiva / Supressão opcional da consoante muda inicial.
- C) Emprego de ditongo nasal obrigatório / Grafia derivada de substantivo primitivo iniciado por vogal átona.
- D) Uso de consoante velar em ambiente palatal / Presença de prefixo derivacional de negação.
- E) Hifenização facultativa após prefixos terminados em vogal / Emprego de dígrafo consonantal na sílaba tônica.

Raciocínio Lógico matemático

Questão 16

Considerando que o acondicionamento deve preencher o espaço interno de cada caixa organizadora sem deixar folgas ou deformar os maços de documentos, a quantidade máxima de maços de processos padronizados que caberá em uma única caixa organizadora é igual a:

- A) 12
- B) 16
- C) 24
- D) 32
- E) 48

Questão 17

Mantendo-se rigorosamente as mesmas premissas matemáticas operacionais e o critério lógico de formação estabelecido pelo algoritmo, o valor correspondente ao sexto código numérico dessa sequência é:

- A) 113
- B) 148
- C) 151
- D) 153
- E) 155

Questão 18

Considerando que o perímetro cercado utilizará a totalidade dos recursos limites disponíveis, a medida correspondente à área interna delimitada para o estacionamento oficial é de:

- A) 112 m²
- B) 135 m²
- C) 220 m²
- D) 247 m²
- E) 256 m²

Questão 19

Com base nas informações do levantamento técnico e nas propriedades operacionais de conjuntos, a quantidade exata de relatórios auditados que apresentavam simultaneamente ambos os tipos de irregularidades formais analisados é:

- A) 10
- B) 15
- C) 20
- D) 25
- E) 30

Questão 20

Considerando estritamente os princípios de equivalência e as propriedades das operações lógicas na norma proposicional clássica, uma afirmação equivalente para a premissa estabelecida pelo conselho superior é:

- A) Se o servidor não responder a processo administrativo ou não for demitido, então ele não violou o sigilo profissional.
- B) Se o servidor responder a processo administrativo e for demitido, então ele violou o sigilo profissional.
- C) O servidor não viola o sigilo profissional ou ele não responderá a processo administrativo e não será demitido.
- D) Se o servidor não violar o sigilo profissional, então ele não responderá a processo administrativo ou não será demitido.
- E) O servidor violou o sigilo profissional e responderá a processo administrativo e será demitido.

Legislação e Código de Ética do MPES



SIMULAPRO

Treine. Evolua. Passe.

Questão 21

Frente às diretrizes normativas estabelecidas pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD), essa veiculação pública de dados de servidores pelo órgão estatal caracteriza um procedimento:

- A) Ilícito, violando o princípio fundamental da confidencialidade e impondo a exclusão imediata das planilhas nominais.
- B) Lícito, pois o tratamento baseia-se na hipótese legal do cumprimento de obrigação legal/regulatória e no princípio constitucional da publicidade administrativa, harmonizando-se com a Lei de Acesso à Informação.
- C) Lícito temporariamente, sob a condição de que cada servidor emita um termo escrito outorgando consentimento incondicional.
- D) Ilícito, ensejando a aplicação compulsória de sanção pecuniária de multa diária contra a Procuradoria-Geral de Justiça pela ANPD.
- E) Anômalo, exigindo que a plataforma SEI mascare os nomes próprios por meio de códigos alfanuméricos randômicos.

Questão 22

De acordo com as disposições contidas na Portaria nº 8565/2017, o modelo de governança institucional do MPES fundamenta-se nas seguintes diretrizes diretivas corporativas:

- A) Centralização das decisões na Assessoria Militar e dispensa das comissões setoriais técnicas.
- B) Alinhamento estratégico, monitoramento contínuo de resultados, transparência decisória e gestão integrada de riscos organizacionais.
- C) Subordinação hierárquica das ouvidorias aos conselhos fiscais compostos por membros externos privados.
- D) Eliminação dos prazos recursais no processamento de licitações para acelerar o bônus de eficiência gerencial.
- E) Delegação integral do planejamento orçamentário anual às secretarias executivas do Poder Executivo Estadual.

Questão 23

Com base nas garantias e competências expressas conferidas ao Ministério Público pela Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989, assinale a opção correta:

- A) O Ministério Público carece de legitimidade ativa para propor ações civis públicas ambientais, cuja competência é exclusiva da Defensoria Pública Estadual.
- B) Incumbe ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- C) As ações civis públicas propostas pelo MPES exigem a prévia autorização discricionária por escrito exarada pelo Governador do Estado.
- D) O Ministério Público atua nessas ações unicamente como órgão consultivo, sem prerrogativa de produzir provas periciais internas.
- E) A Constituição Estadual veda ao Ministério Público requisitar documentos ou informações de repartições públicas para instruir suas peças coletivas.

Questão 24

Conforme a regulamentação orgânica fixada pela Lei Complementar Estadual nº 95/1997, o Colégio de Procuradores de Justiça é composto:

- A) Exclusivamente pelo Procurador-Geral de Justiça e pelos Promotores de Justiça da comarca da capital.
- B) Por todos os Procuradores de Justiça em exercício na instituição, sob a presidência do Procurador-Geral de Justiça.
- C) Por uma comissão mista paritária contendo membros do Ministério Público, Desembargadores do Tribunal de Justiça e Deputados Estaduais.
- D) Por dez Promotores de Justiça da entrância inicial sorteados bienalmente pelo Corregedor-Geral.
- E) Exclusivamente por servidores efetivos estáveis do grupo ocupacional administrativo com formação jurídica.

Questão 25

À luz das diretrizes éticas imperativas contidas na Resolução CNMP nº 261/2023, a conduta descrita revela uma violação frontal ao princípio da:

- A) Celeridade gerencial algorítmica.
- B) Imparcialidade e independência institucional, caracterizando manifesto conflito de interesses devido ao recebimento de vantagens de parte interessada em apurações do órgão.
- C) Autonomia orçamentária compartilhada.
- D) Publicidade corporativa temporária.
- E) Identidade vernacular simplificada.

Questão 26

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 95/1997, o órgão competente para deliberar, votar e indicar os membros da carreira a serem promovidos por merecimento é:

- A) A Assembleia Legislativa do Estado privativamente.
- B) O Conselho Superior do Ministério Público.
- C) A Secretaria de Estado da Segurança Pública por avocação.
- D) O Governador do Estado mediante decreto discricionário absoluto.
- E) A Diretoria Geral do grupo ocupacional administrativo.

Questão 27

Com amparo direto nas normas internas fixadas pela Portaria PGJ nº 897/2023, o atendimento a essa demanda deve ser processado observando-se que:

- A) O cidadão carece do direito de exigir informações do órgão público, vigorando o sigilo corporativo absoluto sobre o acervo cadastral.
- B) O titular dos dados pessoais tem direito a obter do MPES, em relação aos seus dados por este tratados, a confirmação da existência de tratamento e o acesso aos dados, de forma gratuita e facilitada.
- C) O acesso solicitado depende do pagamento prévio de taxas emolumentares de ressarcimento técnico fixadas pela Corregedoria.
- D) A demanda deve ser sumariamente indeferida pela plataforma SEI por configurar interferência indevida no controle interno.
- E) A confirmação da existência de dados dispensa manifestação do Encarregado, devendo ser decidida por sorteio randômico semanal.

Questão 28

Considerando a estrutura organizacional do grupo ocupacional administrativo disciplinada pela Lei Estadual nº 7.233/2002, as funções de nível médio técnico inserem-se na estrutura orgânica do cargo de:

- A) Analista Especializado Ministerial.
- B) Agente de Apoio Administrativo ou Técnico.
- C) Procurador Auxiliar Extraordinário.
- D) Assessor Especial de Governança Digital.
- E) Comissário Interno Ordinário.

Questão 29

Com amparo nos princípios institucionais assegurados ao Ministério Público pela Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989, essa autonomia normativa fundamenta-se expressamente na sua autonomia:

- A) Subordinada ao crivo do Tribunal de Justiça de forma compulsória.
- B) Funcional e administrativa, competindo-lhe praticar atos de gestão e editar atos normativos internos sobre sua organização e rotinas.
- C) Pecuniária ilimitada, outorgando ao PGJ a prerrogativa de criar impostos municipais extraordinários.
- D) Coordenada de forma simétrica com as secretarias de segurança pública federais.
- E) Facultativa, cuja validade depende de referendo anual expedido por decreto executivo governamental.

Questão 30

Conforme as regras expressas da Lei Complementar Estadual nº 95/1997, o Conselho Superior do Ministério Público possui em sua composição membros eleitos pertencentes à seguinte categoria funcional:

- A) Promotores de Justiça substitutos em estágio probatório exclusivamente.
- B) Procuradores de Justiça eleitos pelos integrantes da carreira ministerial.
- C) Desembargadores aposentados por indicação do Governador.
- D) Deputados estaduais indicados pela Mesa Diretora da Assembleia.
- E) Servidores efetivos do grupo ocupacional administrativo por sorteio randômico.

Noções de Direito Constitucional e de Direito Administrativo

Questão 31

Um cidadão protocolou requerimento eletrônico junto ao Ministério Público solicitando acesso a estudos técnicos que fundamentaram a modelagem de uma Parceria Público-Privada (PPP) estadual. O órgão constatou que a informação solicitada não continha sigilo, mas exigiria um trabalho de consolidação de dados que não estava pronto. À luz da LAI, caso a informação requerida esteja disponível e não exija tratamento, o órgão deverá autorizar ou conceder o acesso imediato. Não sendo possível a concessão imediata, o prazo máximo legal para resposta ou justificativa de prorrogação é de:

- A) 5 dias, prorrogáveis por mais 5 dias mediante justificativa expressa.
- B) 15 dias, vedada qualquer espécie de prorrogação.
- C) 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias mediante justificativa expressa.
- D) 30 dias, prorrogáveis por mais 15 dias caso envolva terceiros.
- E) 45 dias fixos, contados da data de protocolo.

Questão 32

A Ouvidoria do Ministério Público recebeu uma manifestação anônima contendo indícios consistentes e elementos mínimos de autoria e materialidade a respeito de desvio de bens públicos em uma promotoria de justiça. Considerando os normativos sobre o direito de petição e o funcionamento das Ouvidorias Públicas, a conduta correta do órgão face à manifestação anônima é:

- A) Arquivar sumariamente, em razão da proibição constitucional do anonimato.
- B) Rejeitar a manifestação, exigindo a qualificação imediata do denunciante sob pena de crime de desobediência.
- C) Promover uma apuração preliminar sumária para verificar a veracidade dos fatos narrados e, se confirmados os indícios, instaurar o procedimento administrativo competente.
- D) Encaminhar diretamente ao Poder Judiciário para que determine a quebra do sigilo de dados do remetente eletrônico.
- E) Publicar a denúncia na íntegra no Portal da Transparência para incentivar o controle social.

Questão 33

No âmbito do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), um servidor necessita formalizar um despacho decisório de extrema urgência. Sabendo que os documentos produzidos internamente no sistema devem garantir a autenticidade e a autoria, a validação jurídica desses documentos no SEI ocorre precipuamente por meio de:

- A) Assinatura física digitalizada por scanner de alta resolução.
- B) Assinatura eletrônica mediante uso de usuário e senha ou certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada.
- C) Apenas por chancela mecânica autorizada pela chefia imediata.
- D) Envio de e-mail institucional confirmatório anexo aos autos virtuais.
- E) Impressão do documento, coleta das assinaturas manuais e posterior arquivamento na pasta física.

Questão 34

Uma comissão de avaliação de documentos públicos do MPES está classificando informações institucionais com base nos critérios estabelecidos na legislação de regência. Ao analisar dados cuja divulgação indevida possa colocar em risco iminente a segurança de investigações em andamento sobre o crime organizado, a comissão decide classificá-los sob o grau máximo de sigilo permitido pela LAI. O prazo máximo de permanência sob o grau ultra-secreto é de:

- A) 5 anos.
- B) 10 anos.
- C) 15 anos.
- D) 25 anos.
- E) 50 anos.

Questão 35

O Procurador-Geral de Justiça de um Estado ajuizou perante o Tribunal de Justiça local uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra uma lei municipal que violava diretamente a Constituição do respectivo Estado. À luz da disciplina constitucional sobre o controle abstrato de constitucionalidade estadual, assinale a afirmativa correta:

- A) O Procurador-Geral de Justiça não possui legitimidade ativa para propor ADI no âmbito estadual.
- B) É admitida a criação de controle concentrado de constitucionalidade de leis municipais em face da Constituição Estadual, sendo vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.
- C) O STF possui competência exclusiva para julgar ADI proposta contra leis municipais que firam as normas da Constituição do Estado.
- D) As decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça em sede de ADI estadual possuem eficácia ex tunc e apenas inter partes.
- E) Leis municipais violadoras da Constituição Estadual só podem sofrer controle difuso de constitucionalidade.

Questão 36

Um servidor público ocupante de cargo em comissão, por mera negligência e falta de atenção na conferência de planilhas de medição, atestou a execução completa de uma reforma predial que, na realidade, estava inacabada, causando um prejuízo considerável ao erário estadual. À luz das alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021 na Lei de Improbidade Administrativa, a conduta descrita configurará:

- A) Ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, punível com perda dos bens e suspensão de direitos políticos.
- B) Mero ilícito administrativo/civil, visto que a Lei de Improbidade passou a exigir a presença elementar de dolo para a configuração de qualquer modalidade de ato ímprobo.
- C) Ato de improbidade por violação aos princípios da administração, em razão da quebra do dever de cuidado.
- D) Infração culposa gravíssima sujeita às penalidades de multa civil equivalentes a cem vezes o valor da remuneração.
- E) Crime funcional hediondo tipificado no Código Penal, sujeitando o comissionado à perda do cargo de forma automática.

Questão 37

A Assembleia Legislativa estadual aprovou um projeto de lei que fixava o subsídio dos servidores públicos do Poder Executivo local. O projeto foi integralmente encaminhado para sanção ou veto do Governador. Decorridos quinze dias úteis do recebimento do projeto, o Governador permaneceu em silêncio absoluto. Nos moldes do processo legislativo constitucional, o silêncio do Chefe do Executivo importará em:

- A) Veto tácito, devendo a matéria ser arquivada definitivamente pelo Presidente da Casa.
- B) Sanção tácita, devendo o projeto ser promulgado pelo Presidente da Assembleia Legislativa se o Governador não o fizer em 48 horas.
- C) Inconstitucionalidade por omissão administrativa.
- D) Devolução automática do projeto ao Poder Judiciário para arbitragem do impasse.
- E) Prorrogação compulsória do prazo por mais 15 dias adicionais.

Questão 38

O Ministério Público do Estado alienou um lote de veículos automotores obsoletos de sua frota oficial por meio de licitação na modalidade leilão. Sabendo que esses veículos integravam o patrimônio da instituição e eram afetados à atividade diária dos servidores antes da desincorporação, a categoria jurídica à qual pertenciam enquanto em uso e a técnica jurídica necessária para permitir sua venda são, respectivamente:

- A) Bens de uso comum do povo e afetação direta.
- B) Bens de uso especial e desafetação.
- C) Bens dominicais e desapropriação indireta.
- D) Bens de uso especial e encampação prévia.
- E) Bens dominicais e dação em pagamento.

Questão 39

Determinada associação de servidores públicos impetrou Mandado de Segurança Coletivo visando garantir a aplicação retroativa de um direito trabalhista de natureza social aos seus filiados. À luz das normas constitucionais e da jurisprudência sobre os direitos sociais, assinale a afirmativa correta:

- A) Os direitos sociais previstos no Art. 6º da CRFB/88 possuem caráter meramente programático, sendo desprovidos de qualquer eficácia jurídica imediata.
- B) O princípio da proibição do retrocesso social atua como uma barreira de proteção para impedir o aniquilamento arbitrário de direitos sociais já consolidados no ordenamento.
- C) A garantia do salário mínimo vincula-se indexatoriamente ao reajuste de tributos e taxas estaduais.
- D) O direito à greve dos servidores públicos civis é autoexecutável, prescindindo de qualquer integração legislativa ou jurisprudencial.
- E) Direitos sociais não se aplicam a servidores ocupantes exclusivamente de cargos comissionados.

Questão 40

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo celebrou contrato administrativo para fornecimento contínuo de serviços de TI. Durante a execução contratual, a empresa contratada solicitou o reequilíbrio econômico-fiduciário em razão de uma elevação imprevisível, extraordinária e brutal no custo dos componentes eletrônicos importados no mercado internacional. Essa situação caracteriza:

- A) Álea ordinária empresarial, devendo ser suportada integralmente pela contratada.
- B) Fato da administração, autorizando a rescisão unilateral sem indenização.
- C) Álea extraordinária (teoria da imprevisão), legitimando a revisão das cláusulas financeiras para restabelecer o equilíbrio original do contrato.
- D) Fato do príncipe puramente genérico, que suspende os efeitos do contrato por tempo indeterminado.
- E) Caso fortuito interno, que obriga a redução dos salários dos funcionários terceirizados.

Questão 41

No capítulo relativo à Seguridade Social, a Constituição Federal estabelece que as ações de saúde, previdência e assistência social serão organizadas sob a forma de um sistema integrado. Com base nos princípios constitucionais da seguridade social, assinale a opção correta:

- A) A assistência social depende de contribuição prévia obrigatória dos beneficiários.
- B) A universalidade de cobertura e de atendimento garante que todos os benefícios sejam pagos no mesmo valor idêntico, sem distinção de carência.
- C) A previdência social possui caráter contributivo e filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- D) O financiamento da seguridade social será custeado exclusivamente por verbas decorrentes do imposto de renda das pessoas jurídicas.
- E) É vedada a participação da iniciativa privada na prestação de ações de saúde.

Questão 42

Instaurado processo administrativo sancionador no âmbito de um órgão público estadual, a autoridade processante negou ao acusado a produção de uma prova pericial complexa sob o argumento genérico de que o processo administrativo é regido pelo formalismo moderado e deve ser célere. À luz das garantias constitucionais e administrativas:

- A) A conduta da autoridade está correta, pois a celeridade processual se sobrepõe ao contraditório no âmbito administrativo.
- B) O indeferimento de provas úteis e necessárias ao esclarecimento dos fatos viola frontalmente o princípio do devido processo legal e a ampla defesa, gerando a nulidade do procedimento.
- C) A ampla defesa só vigora nos processos judiciais criminais, sendo mitigada nos âmbitos civis e administrativos.
- D) O acusado deveria requerer autorização prévia ao Ministério Público para poder produzir provas em sua defesa.
- E) O formalismo moderado autoriza a condenação administrativa baseada puramente em indícios presumidos pela chefia.

Questão 43

Considere que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tenha editado uma resolução determinando a proibição da prática de nepotismo em todo o Poder Judiciário nacional. Sobre a natureza e as atribuições constitucionais do CNJ, assinale a afirmativa correta:

- A) O CNJ é um órgão político alheio à estrutura orgânica do Poder Judiciário.
- B) O CNJ possui competência estritamente administrativa, financeira e de controle disciplinar da magistratura, não detendo função jurisdicional.
- C) As decisões do CNJ podem rever o mérito das sentenças judiciais transitadas em julgado.
- D) O CNJ é presidido pelo Procurador-Geral da República.
- E) Os atos administrativos expedidos pelo CNJ não se submetem a qualquer controle de legalidade pelo STF.

Questão 44

Uma autarquia de trânsito estadual decide aplicar uma penalidade de multa de trânsito utilizando um sistema automatizado de radares homologados pelo INMETRO. O cidadão multado insurge-se afirmando que o ato de aplicação de multas é um serviço público indelegável. Conforme a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores:

- A) O poder de polícia no âmbito sancionatório (aplicação de multas) é absolutamente indelegável a qualquer entidade da Administração Indireta.
- B) É constitucional a delegação do poder de polícia, incluindo a aplicação de sanções, a entidades da Administração Indireta dotadas de personalidade jurídica de direito privado (como empresas públicas e sociedades de economia mista), prestadoras de serviços públicos e em regime não concorrencial.
- C) Radares eletrônicos automatizados não possuem presunção de legitimidade, dependendo sempre de confirmação por agente físico local.
- D) A aplicação de multas constitui serviço público delegado por concessão tarifada.
- E) Toda atividade de trânsito possui natureza de poder de polícia discricionário absoluto e imune ao controle judicial.

Questão 45

O Artigo 5º, inciso XIII da CRFB/88 estabelece: 'é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer'. Quanto à classificação da eficácia das normas constitucionais desenvolvida pela doutrina amplamente aceita, o referido dispositivo é considerado uma norma de eficácia:

- A) Plena, pois seu cumprimento não pode ser restringido por nenhuma norma infraconstitucional subsequente.
- B) Contida (ou prospectiva mitigada), já que possui aplicabilidade direta, imediata e integral, mas cujo alcance pode ser reduzido pela atuação do legislador infraconstitucional.
- C) Limitada, pois depende obrigatoriamente da edição de uma lei regulamentadora para começar a produzir efeitos válidos no meio social.
- D) Programática, por traçar diretrizes socioeconômicas voltadas aos órgãos políticos do Estado.
- E) Diferida, pois seus efeitos encontram-se condicionados a evento futuro e incerto.

Noções de Administração e de Administração Pública

Questão 46

A transição do modelo patrimonialista para o modelo burocrático weberiano na Administração Pública brasileira teve como principal objetivo o combate à corrupção e ao nepotismo institucional. Para alcançar essa finalidade, a burocracia introduziu como princípio estrutural:

- A) A descentralização em redes flexíveis de serviços.
- B) A profissionalização da carreira baseada no mérito (concurso público) e a impessoalidade nos processos.
- C) O foco nos resultados e na satisfação do cidadão-cliente.
- D) A livre nomeação de parentes em cargos de confiança estratégica.
- E) A contratualização de metas plurianuais de eficiência.

Questão 47

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), editado em 1995, dividiu o aparelho estatal em quatro setores distintos. As atividades voltadas à formulação de políticas públicas e ao policiamento, que utilizam o poder extroverso do Estado, foram inseridas no seguinte setor:

- A) Núcleo Estratégico.
- B) Atividades Exclusivas de Estado.
- C) Serviços Não Exclusivos.
- D) Produção de Bens e Serviços para o Mercado.
- E) Terceiro Setor Não Governamental.

Questão 48

A alta gestão do Ministério Público do Estado do Espírito Santo reuniu-se para definir a Missão, a Visão de Futuro e os Valores de longo prazo que orientarão toda a instituição pelos próximos dez anos. De acordo com a teoria geral das organizações, essa atividade insere-se no nível de planejamento denominado:

- A) Operacional.
- B) Tático (ou funcional).
- C) Estratégico.
- D) Linear matricial.
- E) Contingencial de curto prazo.

Questão 49

Uma organização pública decidiu transferir o poder de decisão sobre compras cotidianas de pequeno valor diretamente para os chefes das promotorias de justiça das comarcas do interior, eliminando a necessidade de envio e autorização prévia da sede na capital. Essa técnica organizacional promove a:

- A) Centralização administrativa.
- B) Desconcentração política.
- C) Descentralização (ou delegação de autoridade decisória à base).
- D) Rigidez burocrática setorial.
- E) Extinção do controle de legalidade interna.

Questão 50

A Secretaria Executiva do MPES realizou um mapeamento de processos e verificou que a tramitação física de correspondências entre promotorias gerava gastos vultosos e morosidade. A substituição total dos malotes em papel pelo trâmite imediato no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) visa materializar o princípio constitucional da eficiência por meio da:

- A) Maximização dos tempos de conferência presencial.
- B) Otimização dos recursos (fazer mais com menos custos) e celeridade procedimental.
- C) Criação de novos cargos públicos comissionados de fiscalização.
- D) Mitigação das regras de transparência pública ativa.
- E) Burocratização preventiva eletrônica.

Questão 51

Nos termos da Lei nº 12.527/11 (LAI), a publicidade é considerada a regra geral no tratamento de informações públicas, enquanto o sigilo assume natureza de exceção restrita. Com base nas diretrizes legais de proteção e acesso, assinale a opção que indica uma informação passível de restrição de acesso por afetar a segurança da sociedade ou do Estado:

- A) Dados nominais sobre os subsídios pagos mensalmente a membros do MP.
- B) Extratos de contratos celebrados para a reforma da recepção de uma promotoria cível.
- C) Planos, projetos ou informações cuja divulgação indevida coloque em risco a vida, a integridade física ou a saúde da população.
- D) Relatórios estatísticos anuais sobre o número de denúncias recebidas pela Ouvidoria.
- E) Tabelas de temporalidade documental aprovadas pela comissão interna do órgão.

Questão 52

No ambiente computacional do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) adotado no MPES, as peças documentais eletrônicas geradas diretamente no sistema pelas autoridades ou servidores recebem uma chave única de autenticidade. Para a formalização desses documentos nativos do SEI, utiliza-se o mecanismo da:

- A) Assinatura eletrônica, mediante usuário e senha cadastrados ou certificado digital do padrão ICP-Brasil.
- B) Chancela mecânica digitalizada via scanner periférico homologado.
- C) Impressão obrigatória do metadado e validação por carimbo físico em cartório.
- D) Confirmação remota realizada por chamada telefônica gravada pela TI do órgão.
- E) Autorização tácita gerada pelo transcurso do prazo de tramitação automática.

Questão 53

Ao estruturar o fluxo de gestão documental, a arquivística divide o ciclo de vida dos documentos em três fases sucessivas (Teoria das Três Idades). Os documentos que possuem uso frequente, tramitação contínua e que se encontram em fase de resolução de demandas cotidianas administrativas localizam-se no arquivo:

- A) Intermediário.
- B) Permanente (ou histórico).
- C) Corrente (ou de primeira idade).
- D) Inativo setorial.
- E) Morto compulsório.

Questão 54

Determinado técnico administrativo do Ministério Público verificou que a empresa de TI vencedora de uma licitação institucional possui como sócio-administrador majoritário o seu irmão biológico. Diante do Código de Ética e das diretrizes sobre conflito de interesses na Administração Pública, o servidor deve:

- A) Atuar normalmente na fiscalização do contrato para agilizar os pagamentos da empresa de seu parente.
- B) Declarar-se imediatamente impedido ou suspeito para atuar em qualquer fase de fiscalização ou gestão do referido contrato administrativo, comunicando formalmente o fato à sua chefia imediata.
- C) Ocultar o fato do órgão para evitar que a licitação seja anulada pelo Judiciário.
- D) Solicitar demissão voluntária compulsória do cargo efetivo de forma irrevogável.
- E) Exigir uma cota de participação financeira nos lucros auferidos pela empresa do irmão.

Questão 55

Um usuário compareceu ao balcão de atendimento do MPES solicitando cópia imediata de um procedimento investigatório cível. O atendente constatou no sistema que o processo continha dados sensíveis protegidos por sigilo de justiça. No âmbito das competências de atendimento e postura institucional, a conduta correta do servidor é:

- A) Ceder a cópia para demonstrar empatia com as necessidades do cidadão-cliente.
- B) Negar o acesso de forma urbanizada, polida e firme, explicando fundamentadamente que a confidencialidade e o sigilo decorrem de imposição legal protetiva, registrando o atendimento no sistema.
- C) Ignorar a presença do cidadão e deixá-lo aguardando sem qualquer resposta por tempo indeterminado.
- D) Rasgar o requerimento do cidadão diante de sua insistência verbal.
- E) Aconselhar o usuário a invadir os arquivos eletrônicos por meio de técnicas de segurança cibernética.

Questão 56

As Ouvidorias Públicas atuam como canais de comunicação direta entre a sociedade e as estruturas de gestão estatal, recebendo denúncias, reclamações, sugestões e elogios. No âmbito da gestão da qualidade e melhoria contínua, a principal contribuição da Ouvidoria para o administrador é servir como instrumento de:

- A) Centralização autocrática do poder burocrático.
- B) Retroalimentação (feedback) institucional para corrigir falhas e aprimorar a prestação do serviço público.
- C) Blindagem jurídica contra investigações do Poder Judiciário.
- D) Eliminação do controle social e da transparência passiva.
- E) Fiscalização punitiva criminal imediata de cidadãos grevistas.

Questão 57

Com o objetivo de reduzir tempos de espera e otimizar custos logísticos, a Diretoria de Gestão Estratégica do MPES promoveu a eliminação de redundâncias em formulários manuais e automatizou as etapas de envio de notificações de trâmite processual. Essa técnica moderna de redesenho organizacional denomina-se:

- A) Engessamento regulamentar processual.
- B) Simplificação de processos (ou desburocratização operacional).
- C) Verticalização extrema de comandos corporativos.
- D) Terceirização integral da atividade-fim do Parquet.
- E) Opacidade fiscal programada.

Questão 58

O armazenamento de processos físicos e documentos de acervo permanente exige cuidados técnicos ambientais específicos para evitar a deterioração biológica ou química do suporte em papel. Dentre as boas práticas de conservação e preservação documental, recomenda-se:

- A) Manter os documentos acondicionados em locais com altos índices de umidade e incidência direta de luz solar.
- B) Utilizar grampos e cliques metálicos comuns sujeitos a oxidação em todos os calhamaços de papel permanentes.
- C) Controlar as condições de temperatura, umidade, ventilação e luminosidade do arquivo, além de utilizar caixas e pastas de polipropileno ou material livre de acidez (acid-free).
- D) Umidificar as folhas de papel semanalmente com água sanitária para higienização bactericida.
- E) Armazenar o acervo em depósitos subterrâneos totalmente fechados e sem circulação de ar.

Questão 59

O controle social pode ser definido como a participação ativa da sociedade civil organizada ou do cidadão individual na fiscalização, monitoramento e avaliação das ações da Administração Pública. Para viabilizar a eficácia do controle social, o Estado deve obrigatoriamente garantir o amplo e livre acesso a dados por meio da:

- A) Cultura do segredo e da confidencialidade governamental continuada.
- B) Transparência pública (ativa e passiva), disponibilizando portais com dados abertos, linguagem acessível e instrumentos de prestação de contas.
- C) Instituição de taxas cobradas por página de documento público consultado.
- D) Mitigação das funções fiscalizatórias exercidas pelas Ouvidorias.
- E) Centralização das informações financeiras sob sigilo de segurança militar.

Questão 60

No âmbito das funções do processo administrativo (PODC), a função de Direção localiza-se na esfera da gestão de pessoas e das relações interpessoais. O núcleo básico de atuação da função de direção envolve as seguintes atividades continuadas:

- A) Definir os objetivos futuros e os orçamentos globais da instituição.
- B) Liderar, motivar, comunicar e orientar os servidores na execução das atividades diárias para o alcance das metas estabelecidas.
- C) Comparar o desempenho atual com as metas e aplicar sanções disciplinares.
- D) Atribuir competências formais e estruturar os departamentos no organograma.
- E) Realizar auditorias contábeis nas folhas de pagamento nominiais de terceirizados.



Redação - Dissertativo-Argumentativo - Estilo FGV

Tema

O equilíbrio entre o dever de transparência pública e a garantia constitucional do direito à privacidade no ambiente digital do Estado

Textos motivadores

Texto 1 - Excerto Técnico / Doutrinário: A publicidade é a regra geral no Estado Democrático de Direito, erigida a princípio constitucional fundamental no Artigo 37 da CRFB/88 e densificada pela Lei de Acesso à Informação (LAI). Por outro lado, a própria Constituição resguarda, no seu Artigo 5º, os direitos invioláveis à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas. Com o advento da digitalização total dos processos administrativos e o armazenamento de grandes volumes de dados em plataformas como o SEI, o limite entre o controle social legítimo e a exposição indevida de dados pessoais tornou-se tênue. A Administração Pública moderna enfrenta o desafio constante de calibrar suas ferramentas de transparência ativa para que o direito de fiscalizar os atos do poder público não resulte na violação das salvaguardas individuais protetivas.

Texto 2 - Análise Jurisprudencial / Normativa: A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF) reforçam que o tratamento de dados pessoais pelo poder público deve possuir finalidade pública legítima e limitar-se ao mínimo necessário para a execução de suas competências. Em sede de repercussão geral, o STF já pacificou a legalidade da divulgação nominal da remuneração de servidores públicos em portais oficiais, sob o fundamento de que o interesse coletivo sobre o gasto público se sobrepõe à privacidade financeira do agente. Contudo, quando se trata de dados pessoais sensíveis de cidadãos que figuram em inquéritos civis, procedimentos de Ouvidoria ou fiscalizações ordinárias, o sigilo e a restrição de acesso impõem-se de forma estrita, exigindo que os sistemas eletrônicos automatizem a anonimização e a ocultação de trechos para evitar vazamentos ilícitos.

Texto 3 - Dados Estatísticos / Controle Social: Estudos recentes sobre governança digital apontam que cerca de 68% das solicitações de acesso à informação (transparência passiva) rejeitadas pelos órgãos públicos utilizam como justificativa formal a 'proteção à intimidade e à vida privada de terceiros'. Em contrapartida, entidades da sociedade civil que monitoram o controle social argumentam que o uso genérico e desmedido da cláusula de privacidade tem servido de escudo burocrático para camuflar ineficiências e blindar atos de gestão contra a fiscalização popular. O impasse central reside em definir se a cultura do segredo residual ainda predomina na máquina pública ou se a sociedade civil, na busca por transparência total, desconsidera as fronteiras éticas e legais que protegem a dignidade do indivíduo na era digital.

Instruções para a redação

- Com base na leitura dos textos motivadores e nos seus conhecimentos estruturados, redija um texto dissertativo-argumentativo em prosa, na norma-padrão da Língua Portuguesa.
- Seu texto deve apresentar uma tese clara, argumentos consistentes e uma conclusão lógica sobre o tema proposto.
- Defenda o seu ponto de vista de forma fundamentada, demonstrando domínio das regras gramaticais e de coesão textual.
- O texto final deve ter entre 20 e 30 linhas (conforme o padrão da banca).

Escreva seu texto em, no mínimo, 20 linhas e, no máximo, 30 linhas.

Folha de redação

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Folha de respostas

Q	A	B	C	D	E
01	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
02	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
14	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
15	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q	A	B	C	D	E
16	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
17	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
18	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
19	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
20	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
21	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
22	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
23	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
24	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
25	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
26	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
27	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
28	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
29	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
30	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q	A	B	C	D	E
31	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
32	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
33	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
34	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
35	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
36	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
37	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
38	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
39	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
40	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
41	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
42	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
43	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
44	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
45	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q	A	B	C	D	E
46	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
47	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
48	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
49	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
50	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
51	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
52	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
53	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
54	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
55	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
56	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
57	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
58	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
59	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
60	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

